

Maré de Notícias

Bairro Maré / Rio de Janeiro - Ano 1 | nº 6 - Maio/Junho de 2010

Segurança pública deve garantir a vida

Elisângela Leite



Marcas de tiros que teriam vindo do alto, em incursão policial

A preparação da cidade para receber a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e as Olimpíadas de 2016 provoca ações do governo do estado também no campo da segurança pública. E a Maré está sendo incluída nessas novas políticas, devido à localização estratégica do bairro, situado entre os dois principais acessos ao centro do Rio de Janeiro. Assim como já anunciado para outras favelas da zona norte, a Maré deverá receber uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), mas as políticas de segurança pública devem ter como prioridade o direito à vida de todos moradores de favela, sem distinção. Além disso, os moradores de periferias querem ser reconhecidos como sujeitos de direitos. A comunidade reivindica participar da formulação de novas estratégias de enfrentamento da violência urbana. Pág. 6

Seis mortos em confronto no mês de maio

A família de Márcio Marinho de Souza, de 32 anos, um dos seis mortos pela Polícia Civil no mês de maio, na Nova Holanda, busca apoio até na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e exige novo laudo sobre a morte do morador. "Na incursão tinha muitos policiais encapuzados, com toucas ninjas, que depois cataram as cápsulas. Levamos todas essas irregularidades aos Direitos Humanos da OAB", conta Marli. Pág. 8

Comandante do 22º BPM nega política de confronto

O novo comandante do Batalhão da Polícia Militar na Maré, tenente coronel Gláucio Moreira da Silva, de 42 anos, afirma que uma das metas da Secretaria de Segurança Pública do estado é a redução do número de homicídios no Rio. Quando questionado sobre casos recentes de confrontos nas favelas que provocaram a morte de moradores, o comandante disse que a PM tem o direito de ir e vir em qualquer ponto do estado. Pág. 8

Leia também: Distribuição desigual da segurança. Pág. 10

Elisângela Leite



Pescadores tecendo rede em Ramos

Nem tudo que cai na rede é peixe

Os desafios enfrentados pelos pescadores da Colônia de Ramos, de Marcílio Dias, Parque União e Vila dos Pinheiros não desanimam o grupo que trabalha para manter viva sua história. São mais de 1.100 pescadores legalizados, mas a degradação da Baía de Guanabara torna a tarefa penosa. "Ser pescador para mim é a minha vida, nasci na pescaria, já trabalhei em embarcações e posso dizer que não sei fazer outra coisa. Infelizmente do ano 2000 para cá viver de pesca está cada vez mais difícil", revela o pescador Valmir Costa, 57 anos, de Marcílio Dias. Pág. 4

A visão da favela

A produção de vídeos feitos por moradores de favelas e de bairros periféricos do Grande Rio não para de crescer. Os novos "cineastas" amadores aproveitam as tecnologias ao seu alcance – muitas vezes apenas um aparelho de celular com câmera – e usam os diversos espaços gratuitos hoje existentes para exibir seus filmes. Com isso, eles contribuem para difundir uma imagem de mundo segundo a visão dos moradores dessas localidades. Pág. 3

Elisângela Leite



A Lona Cultural da Maré volta a operar até o fim de junho, totalmente restaurada. Pág. 11

Expediente

Instituição Proponente
Redes de
Desenvolvimento da Maré

Diretoria

Eblin Farage
Edson Diniz
Eliana Sousa Silva
Fernanda Gomes

**Coordenadora do
Setor de Comunicação**
Viviane Couto

Instituição Parceira
Observatório de Favelas

Apoio

Ação Comunitária do Brasil
Biblioteca Comunitária
Nélida Piñon
Centro de Referência
de Mulheres da Maré -
Carminha Rosa
Conexão G
Lona Cultural da
Praia de Ramos
Luta pela Paz
União Esportiva
Vila Olímpica da Maré

**Editora executiva e
jornalista responsável**

Silvia Noronha
(Mtb - 14.786/RJ)

Repórteres e redatores

Hélio Euclides
(Mtb - 29919/RJ)

Marianna Araujo
Rosilene Miliotti
(Estagiária)

Rosilene Ricardo
(Estagiária)

Viviane Couto
(Repórter Comunitária)

Vitor de Castro
(Mtb 30.325/RJ)

Fotógrafa

Elisângela Leite

**Projeto Gráfico e
diagramação**
Anna Iannini

Logotipo

Monica Soffiatti
(com foto de Genilson Araújo)

Assistente gráfico
Felipe Reis

Colaboradores

Anabela Paiva,
Aydano André Mota,
Elisângela Leite,
Flávia Oliveira,
Imagens do Povo,
Marília Gonçalves.

Impressão

News Technology Gráfica
Editora Ltda

Tiragem

30.000

**Redes de
Desenvolvimento da Maré**

Rua Sargento Silva Nunes,
1012, Nova Holanda / Maré
CEP: 21044-242

Informações: (21) 3104.3276
(21)3105.5531

www.redesdamare.org.br

redesdamare@redesdamare.org.br

Parceiros

BR PETROBRAS

act:onaaid

Editorial**Vida de direitos**

Nesta edição, elaboramos uma série de matérias sobre segurança pública, devido às recentes notícias nesta área: chegada da UPP nas favelas da zona norte, vinda da sede do Bope para a Maré e ação policial com mais mortes no bairro. A defesa do direito à vida abre a série de reportagens na página 6. Na página 8, mostramos a reação da família de Márcio Marinho, morto no dia 2 de maio durante uma incursão da Polícia Civil. Ao lado, publicamos uma entrevista inédita com o novo comandante do Batalhão da Maré. Encerra a série o artigo da professora e pesquisadora Patricia Rivero, dando a dimensão da desigualdade vivida no Rio no campo da violência.

Nossa intenção foi apresentar fatos e visões que contribuam para a reflexão. Mas não apenas na área da segurança. Na página 3, apresentamos a crescente produção de vídeos feitos por moradores de áreas populares. É a visão da periferia ganhando o mundo. E na página 4, os pescadores da Maré contam um pouco da realidade que eles têm enfrentado, com muita garra e disposição.

Esta edição, excepcionalmente, é bimestral. O jornal volta a circular mensalmente a partir de julho.

Boa leitura e boa Copa do Mundo!

CARTAS**Jornal de sonhos**

Meus parabéns. Estou muito interessada neste jornal que, embora surja sem nome, representa sonhos, cidadania, as boas batalhas, o desejo de chegar às fronteiras do que queremos ser.

Nélida Piñon

(mensagem postada pela escritora do blog da Unisuam:
<http://jornalismounisuam.wordpress.com>, em 10/05)

Da Redação:

As fotos da reportagem sobre as chuvas, publicada na edição nº 5 (chamada de capa e páginas 6 e 7) são de autoria de fotógrafos do Coletivo Favela em Foco.

**PRAZERES NA LUTA CONTRA A REMOÇÃO**

Moradores do Morro dos Prazeres, em Santa Teresa, estão de posse de um laudo técnico que contesta o relatório da Geo-Rio a respeito do suposto risco de desabamento de toda a área da comunidade. Os moradores estão lutando pelo direito de continuar no local, tendo em vista o prefeito Eduardo Paes querer acabar com a favela. O laudo assinado por arquitetos e geógrafos diz que a área onde houve deslizamento, em abril, precisa de obras de contenção de encostas, mas que no restante da favela, nos trechos que passaram por obras do Favela Bairro, não há qualquer ameaça. Portanto, mesmo nas áreas de risco é possível fazer obras que garantam a segurança dos moradores. As

1.700 famílias que vivem nos Prazeres estão ameaçadas de remoção desde as chuvas que provocaram a morte de 30 pessoas da comunidade, em abril. "Estão fazendo terror psicológico, ma não podem mexer na história das pessoas dessa maneira", afirma Cristina Zoraide Gomes, a Cris, de 31 anos, do Grupo Prevenção Realizada com Organização e Amor (Proa).

Alexandre Moraes Morgado



Aline Gomes da Rocha



Ana Paula Pereira Lima



Se você tem alguma informação sobre estas crianças,
ligue para (21) 2286-8337 (Fundação para a Infância e Adolescência - FIA).

Reprodução de fotogramas do Cineclube Mate com Angu



Comunidade mostra o seu olhar

Novas formas de comunicação abrem espaço para difusão de vídeos produzidos na periferia

Texto: Vitor Castro e Rosilene Miliotti

Um grupo de amigos, sentindo necessidade de levar para Duque de Caxias filmes que não chegavam por lá, decidiu criar um espaço de exibição onde eles pudessem escolher os vídeos de seu interesse. Isso em 2002. Agora, oito anos depois, além das exibições mensais, o Cineclube Mate com Angu também produz vários vídeos. Este é apenas um exemplo de como a produção audiovisual na Baixada Fluminense está em ascensão. Além do Mate com Angu, existem outros como o Cineclube Buraco do Getúlio e a Escola Livre de Cinema, em Nova Iguaçu, e o Cine Guandu, em Japeri.

Essas iniciativas ocorrem em parte pela facilidade gerada pelas novas tecnologias, que permitem filmagens com aparelhos celulares e câmeras digitais, e a divulgação de forma gratuita pela internet, utilizando-se do Youtube, por exemplo.

Com isso, a produção nas periferias e favelas brasileiras não para de crescer. São inúmeros os festivais voltados para a produção desses locais. Podemos citar o Festival de Cinema de Nova Iguaçu (Iguacine), que teve sua terceira edição este ano; e diversos outros, como o Festival de Cinema de Várzea, em São Paulo; o Festival Cine Favela de Curta Metragem realizado no Rio e em São Paulo, já com cinco edições; o Cine Cufa; e a própria produção e exibição em sites como o Viva Favela (www.vivafavela.com.br/videos), que se tornou colaborativo e qualquer um pode colocar seu material.

Heraldo HB, fundador do Mate, diz que um dos objetivos é contar histórias na versão dos moradores. A última produção, do filme "Queimado", que ainda será lançado, envolveu 40 pessoas na equipe e mais vários moradores de Jardim Primavera, bairro periférico onde foi rodado. "A voz da Baixada foi historicamente silenciada; o Mate tem conseguido se fazer ouvir com respeito e isso não é pouca coisa", avalia. O grupo também tenta mostrar para a classe empresarial da Baixada

"A voz da Baixada foi historicamente silenciada; o Mate tem conseguido se fazer ouvir com respeito e isso não é pouca coisa"

Heraldo HB

que a cultura é um grande filão de investimento. "Caxias tem um dos maiores PIBs do país, mas o dinheiro não circula na cidade; em geral o empresário ganha muito dinheiro aqui, mas mora e vive na Barra da Tijuca", afirma.

Dicas para iniciantes

Heraldo aproveita para dar uma dica a quem estiver interessado em

começar um cineclube. Segundo ele, o principal é romper com a inércia, ou seja, ir lá e fazer; depois ir acertando detalhes! Outras dicas são: preservar a independência política do grupo e tentar entender e provocar o local onde o cineclube está inserido. "Tem que curtir a parada junto, com prazer de trocar, compartilhar. Se esse sentimento for forte, o público fatalmente será contagiado e a magia acontece".

O fotógrafo Francisco Valdean, morador da Baixa do Sapateiro, na Maré, é outro exemplo. Valdean criou o blog O Cotidiano (www.ocotidiano.com.br), em 2007. O propósito era postar suas fotos, mas também escrever sobre o que sente e vive dentro da comunidade. Com acesso a câmeras digitais, também começou a produzir vídeos sobre o cotidiano da favela e de sua terra natal, a cidade de Cachoeira Grande, no Ceará.

"Acho que nós, moradores de favelas, temos que ter autonomia para produzir conteúdo e conhecimento sobre o nosso lugar. Tenho a sensação de que não somos autorizados a produzir. Muitas das iniciativas que existem tendem a nos tutelar quando o assunto é produção, seja artística ou de informação corriqueira", avalia o fotógrafo.

O autor do blog O Cotidiano conta que a princípio pretendia produzir conteúdo para os próprios moradores, mas que, com a internet, acaba sendo visto por quem quiser. "Eu tento colocar uma visão sem qualquer interesse comercial, e esse é o diferencial em relação à mídia tradicional", explica. Relatando, registrando, seja através da fotografia ou de vídeos, o cotidiano da favela, de seus moradores, Valdean acredita que pode contribuir para o registro de histórias locais.

Navegue por estes sites:

<http://matecomangu.com.br/lanofimdomundo.php>

<http://video.google.com> (buscar: "1 ano e 1 dia")

www.ocotidiano.com.br

www.vivafavela.com.br/videos

favelaemfoco.wordpress.com

"Acho que nós, moradores de favelas, temos que ter autonomia para produzir conteúdo e conhecimento sobre o nosso lugar. Tenho a sensação de que não somos autorizados a produzir, pois muitas das iniciativas que existem tendem a nos tutelar"

Francisco Valdean

Cadê meu peixe?

Pescadores das colônias sofrem para trabalhar com a falta de peixes por causa da poluição



Pescador da Vila do Pinheiro exhibe seu peixe, exemplar raro na Baía

Texto: Rosilene Ricardo
Fotos: Elisângela Leite

Um dia de sol com vara de pescar, iscas, anzol, barcos e o principal ator de todo esse trabalho: o peixe. Esse cenário estaria perfeito para os trabalhadores da pesca, nas colônias da Maré, mas a poluição na Baía de Guanabara está prejudicando os pescadores que, em sua maioria, não pescam para se divertir e sim para ganhar o pão de cada dia. É o que tem acontecido na Colônia de Pescadores de Ramos, que abrange também as de Marcílio Dias, Parque União e Vila dos Pinheiros.

José da Silva, 46 anos, relembra que chegou à Colônia de Ramos com menos de 10 anos de idade, e não saiu mais. Ele conta que, no começo, ninguém queria trabalhar na atividade, porque a pesca não era reconhecida mundialmente. Hoje é possível tirar autonomia como pescador artesanal ou pescador profissional e se aposentar através de uma modalidade especial por trabalhar exposto ao tempo. Se determinado peixe estiver em período de desova, o pescador recebe uma ajuda do governo. Além disso, a Capitania dos Portos oferece cursos para quem ainda não tem a habilitação, que incluem também natação, português e matemática. Assim, os trabalhadores são registrados com carteirinha da Marinha e podem pegar empréstimo no Banco do Brasil.

Mesmo assim, a vida não está nada fácil. "Fui criado na colônia e com o tempo pude perceber que antigamente tinha pouco pescador para muito peixe. Hoje tem mais pescador do que peixe", compara. De acordo com José, que também é ex-presidente da Colônia de Ramos, existem mais de 1.100 pescadores legalizados e outros a se legalizar, somente na área de Ramos.

Degradação ambiental da Baía

Diversos desafios precisam ser enfrentados pelos trabalhadores para conseguir um peixe de qualidade. Por causa do nú-

mero reduzido de peixes, muitos participantes associam duas profissões, deixando a atividade pesqueira em segundo plano. "Antigamente era possível levar o sustento do mar para casa. Hoje com tantos acidentes que já aconteceram na Baía de Guanabara, como poluição, derramamento de óleo, aterro de parte do canal e ainda entulhos derramados sem fiscalização, não é mais possível. Já reparou a quantidade de peixes que estão morrendo por causa da falta de oxigênio? A areia que está tampando o Canal, se não for drenada, não será possível a troca de fluxo de água e sem essa renovação, os peixes irão morrer por falta de oxigênio", lamenta.

Na Cooperativa de Marcílio Dias (Marcop), Valmir Costa, 57 anos, conta que sempre sustentou sua família com o que con-



Barcos da Cooperativa de Marcílio Dias



Pescador tece a rede no Pinheiro



A degradação da Baía, vista do Parque União

seguiu na pesca. “Ser pescador para mim é a minha vida, nasci na pescaria, já trabalhei em embarcações e posso dizer que não sei fazer outra coisa. Infelizmente do ano 2000 para cá, viver de pesca está cada vez mais difícil, houve um derramamento de óleo em 2000, que a Petrobras estipulou um prazo de dez anos para conseguir sanar o problema, só que até agora ainda é possível ver óleo. Aqui antigamente era possível pegar até camarão. Hoje nenhum pescador arrasta camarão, não consegue por causa da quantidade de plástico existente no fundo do mar”, lamenta. E ainda acrescenta: “Lembro da época que era possível pegar de 300 a 400 quilos de peixe em apenas um dia. Hoje só queremos ter o nosso produto de volta, mas para isso precisamos de uma dragagem no canal”, explica.

Outra dificuldade que os pescadores de Ramos enfrentam é que uma fábrica de fazer gelo, cedida pelo governo, está quebrada há três anos. A exigência para o conserto foi a mudança do estatuto da colônia, o que foi feito, mas até agora nada. “Ela faz falta porque temos que ir até a comunidade de Marcílio Dias para comprar gelo e só depois é que podemos sair para pescar. Se nossa máquina estivesse funcionando, nossos pescadores seriam menos sacrificados”, conclui José da Silva.

História passada de geração em geração

Mesmo com tantos contratempos, José afirma que a colônia se mantém pela tradição. Muitos pescadores, ao embarcar, levam seus filhos para aprender a atividade. “Quando eu era criança, conheci a colônia acompanhando um dos fundadores, o Sr. José Cardoso de Freitas. Na época do Brizola (ex-governador do Rio), lembro que ele queria fazer a escola no terreno onde está a colônia de Ramos. Por causa disso, aconteceu uma grande discussão, porque fomos reivindicar o terreno que era nosso

História de pescador

Existem 25 colônias no estado do Rio de Janeiro, sendo cinco na Baía de Guanabara: Ramos, praia de Mauá, Ilha do Governador, Caju e praia de Jurujuba, em Niterói. Cada uma tem sua área de extensão e dentro dela não é possível criar uma nova. Elas comportam apenas associações e cooperativas. A Colônia de Ramos, que surgiu em 1919, se estende de Duque de Caxias ao Canal do Cunha, localizado no Conjunto Esperança, na Maré.

Antigamente os pescadores moravam nas palafitas e pescavam para sustentar a família. Com o tempo, a Marinha cedeu o espaço, já que os pescadores começaram a ser conhecidos como o dia a dia marinha na água, pois muitos objetos perdidos na baía são encontrados por eles. Além disso, quando o Bateau Mouche naufragou, em 1988, matando 55 pessoas, os pescadores ajudaram a resgatar os sobreviventes e mereceram homenagem pelo feito.

A Cooperativa de Marcílio Dias existe há mais de 20 anos e a Associação da Vila dos Pinheiros surgiu em conjunto com a construção da Linha Vermelha, há 19 anos. Já a Associação do Parque União surgiu no ano 2000, mas bem antes disso, quando a água ainda chegava onde hoje fica o Ciep César Pernetta, alguns pescadores saíam para pescar com barcos a remo.

E como não podia faltar aquela historinha: na Vila dos Pinheiros, um curioso pescador relatou ao *Maré de Notícias* que uma vez pegou um camarão tão grande que para levar no barco foi preciso amarrar a barba dele na proa, porque não cabia na embarcação.

e no final conseguimos que a Brizolão (Ciep) fosse construído mais para dentro da comunidade”, conta.

Já na Associação do Parque União, a situação não é muito diferente. O pedreiro Silas Ananias Cavalcante, de 23 anos, chegou à colônia aos seis anos de idade, quando começou a ajudar um pescador a construir um barco. Acabou ficando. Entretanto, hoje ele pesca por prazer. “Antigamente não era preciso ir tão longe para conseguir pescar, era possível até tirar tainha perto da costa. Hoje temos que nos arriscar, muitas vezes em mar aberto, só que não temos barcos com o suporte necessário para essa atividade de risco”, revela.

O sentimento de não ter um bom aproveitamento na hora da pesca é compartilhado também pelo pescador Ideias Fernandes, de 57 anos, da Associação do Parque União, que depois de sair tantas vezes para pescar, sem o resultado esperado, resolveu começar a alugar o seu barco e hoje vive da renda dessa atividade. “É mais compensador ser um guia de pesca do que pescador. Além disso, posso aproveitar melhor o tempo com o meu netinho”, diz.

Já Robson da Silva, 58 anos, da Associação da Vila dos Pinheiros, lembra que antes era possível ver um cardume de peixes passando pela costa. Hoje isso não acontece mais. “Acredito que a colônias se mantêm não pela tradição e sim por necessidade, pois muitos pescadores não sabem fazer outra coisa na vida. Imagina se eu sáísse para procurar emprego com a minha idade? Se para quem estudou já está difícil, com 58 anos e sem muita instrução é quase impossível”, indaga. Robson, que ainda tem três filhos para sustentar, se vê num dilema quando um dos filhos pergunta sobre o barco que ele está construindo. “Por mais que seja a única coisa que sei fazer, não quero essa vida para os meus filhos, desejo que eles estudem e tenham um futuro melhor”, conclui.

Direito à vida

UPP chega à zona norte e levanta mais discussões sobre o modelo de segurança pública

Texto: Sílvia Noronha
Fotos: Elisângela Leite

A prioridade número um de toda política de segurança pública deve ser a proteção à vida dos cidadãos. “É evidente que a espiral de violência só poderá ser interrompida quando o foco das forças de segurança passar a ser a defesa da vida humana”, afirma Eliana Sousa Silva, diretora da Redes de Desenvolvimento da Maré. Eliana é autora da tese de doutorado intitulada: “O contexto das práticas policiais nas favelas da Maré: a busca de novos caminhos a partir de seus protagonistas”, defendida em 2009, no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Durante quatro anos, ela estudou diversos aspectos relacionados à ação policial – ainda marcada pela truculência, insensibilidade e impunidade – nos espaços populares.

Na tese, ela observa que a oferta de um leque de direitos dos moradores de favelas nos últimos anos – ainda que de forma precária, como acesso à água potável, à luz, aos postos de saúde, entre outros – não chegou ainda ao campo da segurança pública, de modo que se leve em conta a condição cidadã dessas populações. “Poucos avanços foram verificados no campo do acesso à justiça ou a órgãos voltados para a garantia da segurança pública para moradores de regiões com as características da Maré”, frisa.

Eliana afirma que a tradição violenta da ação policial foi agravada quando os políticos dominantes elegeram o tráfico de drogas como o crime maior a ser combatido, o que tornou aceitável o uso indiscriminado da violência. “Na ‘guerra às drogas’, a repressão militar e o enfrentamento bélico são utilizados de forma indiscriminada, sem considerarem-se os direitos fundamentais dos moradores dos territórios nos quais ela ocorre – em geral as favelas. A ‘guerra’ também justifica e banaliza as ações de aniquilamento dos ‘inimigos’, em geral jovens negros e pobres, que não têm, em geral, nem o direito de serem presos”, avalia Eliana.

Para a diretora da Redes, esse conjunto de práticas foi naturalizado, por sua vez, pela maior parte da mídia e de parcelas expressivas da população urbana que defendem e legitimam a invasão das favelas pelas forças policiais. O resultado dessa política foi o agravamento do quadro de violência.

UPP é o centro do modelo atual da política de segurança

No ano passado, surgiu um elemento novo para o Estado dar conta: a preparação do Rio de Janeiro para a Copa 2014 e para as Olimpíadas 2016, os dois principais eventos esportivos do mundo, que atrairão estrangeiros de todos os continentes para a Cidade Maravilhosa. O governo estadual já começou a agir no campo da segurança, tendo como o centro de sua política a criação das Uni-



Marcas de tiros que teriam vindo do helicóptero da Civil

dades de Polícia Pacificadora (UPPs) em algumas favelas. O governo já anunciou a instalação de uma UPP com 2.000 policiais militares na favela do Alemão até o fim do ano e a UPP da Maré também estaria sendo planejada, assim como a de outras comunidades da zona norte. Oficialmente, porém, o governo confirmou apenas a vinda do Batalhão de Operações Especiais (Bope) para a área do antigo 24º Batalhão de Infantaria Blindada (BIB), ao lado da comunidade Roquette Pinto, e a instalação do Grupamento Aéreo Marítimo (GAM), também da PM, dentro do bairro.

A localização da Maré é estratégica, o que exige do poder público um planejamento de segurança pública para o bairro e seu entorno. Entretanto, a UPP seria apenas um primeiro passo, pois o modelo, tal como existente hoje, deverá encontrar dificuldade de sustentação no longo prazo. Isto porque a UPP tem colocado a Polícia Militar como responsável pelo ordenamento dos espaços populares, o que abre possibilidade para que os cidadãos continuem sendo hierarquizados. E o que se deseja é o tratamento igualitário e a inclusão dos moradores à cidade. Assim, para ter vida longa, essas unidades devem garantir outras demandas das favelas.

O que você acha da política de segurança pública na Maré?

“Não adianta ter segurança pública sem um projeto social, com saúde, esporte, educação, meio ambiente e emprego. Uma inclusão da comunidade na sociedade. A UPP, o caveirão, o Bope e o caveirão voador não são as soluções. O batalhão não oferece nada, e o governador é um robô de matar, a mando do ministro da justiça.”

Marcelo Dias, morador do Salsa e Merengue

“Só as ONGs tem melhorado as comunidades. As crianças e adolescentes estão desejando serem fogueiros porque não têm oportunidade. Elas têm que ter o direito de mudar sua vida. O que as associações de moradores estão fazendo? Deveriam lutar para que menores não se drogassem.” **Comerciante do sexo feminino, da Nova Holanda, que preferiu não se identificar**

“Acho totalmente horrível essas coisas erradas que vem acontecendo, como quando matam, tiram dinheiro e objetos. Essa não é a polícia que tinha que ajudar o povo? Fui vítima deles, que me bateram quando estava com minha filha no colo, isso é esculachar o morador.” **Morador da Nova Holanda, M., de 24 anos**

“Acho as incursões muito ruins, por isso que morreu esse inocente. As coisas funcionam assim pela estrutura da sociedade e dos governantes. O que podemos fazer é não ter medo da polícia, mas na prática não é fácil. Já morei em diversos locais da Maré e já tive minha casa aberta com chave mestra pela polícia, e sumiram com objetos. E em outras vezes é ruim, em momentos impróprios, em pleno sono, a brutalidade que batem nas nossas casas.” **Estudante, moradora da Praia de Ramos, M., de 21 anos**



Marcas de tiros na parede das casas após a incursão de 2 de maio

Redução da taxa de homicídios

Além das UPPs, o governo do estado nega a existência de uma política de confronto nas áreas populares da cidade, o que nem toda a população acredita, especialmente os moradores que continuam convivendo com os confrontos, caso não apenas da Maré, mas de outras favelas do Rio. Mesmo assim, um tenente da Polícia Militar com quem o *Maré de Notícias* conversou sustenta a afirmação do governo. Segundo ele, que não quis se identificar, a pressão internacional sobre o Brasil no campo dos direitos humanos já chegou à Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio. Prova disso, segundo ele, é que a meta das Polícias Civil e Militar inclui a redução do número de homicídios no estado. No passado, lembra o tenente, a meta era apreender o maior número de armas. “E onde o policial ia achar armas para atingir a meta? Entrando nas favelas! Hoje isso mudou”, afirma.

Mesmo assim, o número de homicídios ainda é altíssimo. De setembro de 2009 a abril de 2010 foram 3.615 pessoas assassinadas no estado, em diversas situações. No mesmo período anterior haviam sido 4.252 casos, de acordo com o Instituto de Segurança Pública, órgão do governo do estado. Portanto, a taxa de homicídios, de fato, diminuiu, mas os casos que têm



Ato público realizado em 2009 devido aos constantes confrontos da época

acontecido não podem ficar escondidos atrás dos números. Em maio deste ano, em uma única ação da Polícia Civil na Maré, seis pessoas foram mortas (*leia box na pág. 8: “Seis mortos em confronto no mês de maio”*), o que demonstra que há muito a se avançar.

Raquel Willadino, da vertente Direitos Humanos do Observatório de Favelas, enumera os pontos que considera importantes para que essa lógica do confronto seja rompida:

- Investimento na construção de uma nova política de segurança pública pautada nos direitos humanos, que tenha a valorização da vida como princípio fundamental;
- Ênfase no controle de armas e no trabalho de inteligência;
- Enfrentamento do problema das drogas com foco na prevenção e na redução de danos;
- Aumento da participação social na formulação de novas estratégias de enfrentamento da violência urbana;
- Reconhecimento dos moradores de favelas e periferias como sujeitos de direitos;
- Investimento na formação dos policiais e valorização dos trabalhadores da segurança pública.

(Colaborou: Hélio Euclides)

Relembre outras mortes na Maré

No dia 3 de julho de 2005, uma operação da Polícia Militar no Salsa e Merengue resultou na morte de Carlos Henrique Ribeiro da Silva, de 11 anos. Policiais militares entraram com o carro blindado, o popular “Caveirão”, efetuaram disparos em direção à quadra de esportes onde estava instalado um parque de diversões. No local, estava sendo realizada uma festa junina.

Um ano depois, em 2006, mais uma incursão policial calou a voz, desta vez, de uma criança de apenas 3 anos. Renan da Costa Ribeiro foi morto com um tiro de fuzil na barriga, na comunidade da Nova Holanda, em 1º de outu-

bro, em pleno dia de eleição. A polícia declarou que fazia perseguição a um suspeito.

Dois anos depois, mais uma morte: Matheus Rodrigues Carvalho, de 8 anos, faleceu na manhã de 4 de dezembro na Baixa do Sapateiro. Estava simplesmente indo para a padaria com uma moeda de um real em suas mãos.

No ano passado, no dia 14 de abril, ocorreu a morte de Felipe Correia de Lima, de 17 anos. O jovem estudante e trabalhador, segundo moradores, foi executado por policiais com um tiro de fuzil na cabeça em frente à sua casa, também na Baixa.



Moradores protestam após a morte do adolescente Felipe

Seis mortos em confronto no mês de maio

Texto: Hélio Euclides | Fotos: Elisângela Leite

O exemplo mais recente de ação policial com mortes na Maré ocorreu no último dia 2 de maio, quando policiais civis fizeram uma incursão na Nova Holanda e no Parque União, às seis horas da manhã de domingo. Resultado: seis mortos! Entre eles, o trabalhador de uma gráfica, Márcio Marinho de Souza, de 32 anos. A família de Márcio acredita que dessa forma o governo do estado vem descumprindo as leis, negando os direitos dos moradores, como educação, saúde, cultura e lazer. “Lá fora a abordagem da polícia é diferente, aqui parece que vai executar. Ele (Márcio) não correu, disse que não devia. Será que o direito do pobre é morrer de bala?”, denuncia a irmã de Márcio, Maria Marlene, de 40 anos.

A família de Márcio vai lutar pela punição dos culpados. E espera que o caso sirva de lição para que atividades futuras da polícia tenham como princípio básico a garantia da vida. “Na incursão tinha muitos policiais encapuzados, com toucas ninjas, que depois cataram as cápsulas. Levamos todas essas irregularidades aos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Meu irmão era um trabalhador que ajudava a sustentar a família, que pagava seus impostos”, declara Marli Marinho, de 49 anos, também irmã de Márcio.

Segundo testemunhas, os policiais civis ainda tentaram levar o corpo antes da chegada da perícia e só não conseguiram porque os moradores presentes impediram.

Para o cunhado da vítima, Oswaldo de Lira, de 55 anos, o preconceito é a causa dessas situações. “Isso está acontecendo porque ele (Márcio) tinha como pai o Aluisio Marinho, um ex-tesoureiro de associação de moradores, e não Roberto Marinho (proprietário das Organizações Globo, já falecido). O laudo não menciona o ferimento na cabeça, por trás e à queima roupa, em curta distância. Aconteceu com meu cunhado porque ele é um favelado. Não posso ficar calado, o que eu quero é que sejam respeitados os direitos humanos. Esse não foi o primeiro caso e temos que nos unir a todos os familiares de inocentes mortos”, desabafa.

O *Maré de Notícias* tentou entrevistar o chefe ou o subchefe da Polícia Civil mas a assessoria de imprensa alegou dificuldade na agenda de ambos. Entrevistamos, porém, o novo comandante do 22º Batalhão da Polícia Militar, que negou haver política de confronto atualmente no estado do Rio de Janeiro (*leia a entrevista ao lado*).



Marcas de tiros no chão teriam vindo do helicóptero da Polícia Civil

Polícia Militar nega política de confronto

Novo comandante do 22º BPM diz ainda que o morador deve formalizar suas reclamações

Elisângela Leite



O comandante do 22º Batalhão da Polícia Militar (BPM), tenente coronel Gláucio Moreira da Silva, de 42 anos, afirma que a política atual da Secretaria Estadual de Segurança Pública não estimula o confronto. Segundo ele, uma das principais metas das polícias civil e militar é justamente a redução do número de homicídios. Quando questionado sobre os confrontos ocorridos recentemente, o comandante disse que não pode existir na cidade nenhuma área de exclusão para a polícia. “Não existe área de exclusão. Eu (policial) posso ir e vir em qualquer lugar, até por direito constitucional, só que em alguns lugares eu serei repellido”, afirmou.

Gláucio concedeu entrevista ao *Maré de Notícias* no dia 10 de maio, um mês e três dias após assumir o comando do 22º BPM. Com formação no Batalhão de Operações Especiais (Bope), Gláucio já foi subcomandante dos batalhões de Botafogo, Jacarepaguá e São João de Meriti. Já havia passado pelo Batalhão da Maré quando era capitão e major. Ele agora é o responsável pelo policiamento da área que vai do Largo do Pedregulho, em Benfica, passando por Manguinhos, Higienópolis, parte de Ramos, Bonsucesso e Maré. Leia os principais trechos da entrevista.

Qual a sua missão no comando do 22º BPM?

Hoje, a Secretaria de Segurança Pública estipula metas a serem atingidas para cada unidade, com relação à redução dos índices de criminalidade. Além disso, no caso da Maré, tivemos no ano passado cerca de cinco meses de um policiamento intenso aqui por conta de uma invasão de facção no Pinheiro. Então, qual a missão hoje? É a de trazer a paz para a população e o cumprimento das metas: redução do número de homicídios, do latrocínio (roubo

“Na zona sul, um fato que aqui, entre aspas, é corriqueiro, como um confronto armado com troca de tiros, na zona sul isso tem uma repercussão muito grande.”

seguido de morte), do roubo de veículos e do roubo de rua, que compreende roubo a transeuntes, de aparelhos de celular e os ocorridos no interior de coletivos. Com relação aos homicídios, aquela ideia de que o policial quer entrar em confronto: não é nada disso. É o contrário. Nosso objetivo é a redução dos homicídios.

Há diferença em atuar nos bairros de Botafogo, Jacarepaguá e na Maré?

A grande diferença é a sensação de segurança. Na zona sul, um fato que aqui, entre aspas, é corriqueiro, como um confronto armado com troca de tiros, na zona sul isso tem uma repercussão muito grande, é um clamor público muito grande. Já aqui, pelas pessoas já estarem acostumadas a ouvir disparos de fogo, a pessoa considera normal. Basicamente é essa a diferença.

Mas as coisas começam normalmente pela zona sul mesmo. As UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora), por exemplo, começaram lá, porque a opinião das pessoas de lá tem uma força maior, até porque (a notícia sobre) o que acontece lá chega até a outros países. Aqui, acontece menos. Mas o trabalho que é feito na zona sul também tem que ser feito aqui. Se existe um trabalho diferente disso, a gente tenta corrigir para que seja o mesmo. Essa é a meta.

Existe a preocupação de agir aqui como se age lá?

Nós temos que fazer dessa maneira. Se existe algum tipo de excesso, a gente tenta tolher. Até porque as ordens, ou seja, nosso comando regional é o mesmo. A ordem que vai para a PM de lá vem para cá. A instrução é a mesma.

O que o senhor me diz, então, de invasão de domicílio?

É como eu falei aqui. Na verdade, não são coisas toleráveis. Como comandante, eu não posso tolerar uma coisa dessas. As pessoas têm que saber os seus direitos para reclamar no órgão certo, que seja até aqui mesmo no batalhão ou na Ouvidoria, na corregedoria, fazer registro na delegacia, têm que reivindicar os seus direitos e não aceitar abusos. Posso lhe afirmar que todas as reclamações são apuradas. Recebemos diariamente várias denúncias. Um arrombamento de porta, isso não pode, mas às vezes o morador autoriza o policial a entrar. E depois ele faz a reclamação mas ele autorizou.

E o que acontecerá com o policial que invadiu a casa do morador?

Se for realmente constatado, ele vai sofrer sanção disciplinar ou criminal.

Mas a gente custa um pouco a crer nas sanções porque os moradores reclamam muito e isso continua.

Às vezes as pessoas criticam, dizendo: não, a polícia não tem que estar aqui, não tem que entrar aqui! Existe uma discussão maior do que essa. Não existe área de exclusão. Eu (policial) posso ir e vir em qualquer lugar, até por direito constitucional, só que em alguns lugares eu serei repellido, ninguém gosta da presença da polícia militar. Mas se está havendo ali uma ação ilegal, mesmo que seja em local hostil à polícia militar, a PM pode estar ali.

Os moradores se sentem discriminados e desrespeitados pela própria PM. Com isso, existe um descrédito se adianta reclamar.

É isso que a gente está tentando ver se muda um pouquinho. Eu acho que as pessoas têm que denunciar, mostrar sua insatisfação. Se não, nós não tomaremos conhecimento. Os comandantes dos

“Nosso objetivo é levar o nosso trabalho à sério, só que as pessoas precisam confiar na gente. Se não confiar, nunca vai mudar. Vocês têm que dar um voto de confiança na gente.”

batalhões não vão compactuar com coisas erradas. Nosso objetivo é levar o nosso trabalho à sério, só que as pessoas precisam confiar na gente. Se não confiar, nunca vai mudar. Vocês têm que dar um voto de confiança na gente. É assim, passo a passo. As pessoas vêm com essa imagem antiga da PM e não dão oportunidade para esta mudança ocorrer.

Por quê? A PM mudou?

Não é que a PM tenha mudado, mas a filosofia da corporação mudou bastante. Por exemplo: antigamente não tinha essa meta de redução de homicídio. A ideia do policial truculento, de matar mais para aparecer melhor, isso não tem mais. A ideia hoje é prender quem estiver errado.

Mas e os confrontos?

Eu acho que não deveria ter área de exclusão. A gente tenta fazer com que o traficante entenda que se a polícia tiver que entrar, ela vai entrar. Vou te dar um exemplo. Ontem (9 de maio), dia das mães, tivemos que entrar na Nova Holanda. Imagine, todas as mães em casa, já pensou se a gente mata uma mãe? Mas veio um cidadão aqui dizer que a moto dele havia sido roubada e que o GPS indicava a moto na rua “tal” da Nova Holanda. A PM vai dizer que não vai? Eu tenho que ir! Mas não escondidinho. Orientei: liga até a sirene se for o caso para todo mundo ver que estamos entrando para evitar o confronto. O que a gente quer é a moto, só a moto. Conseguimos pegar a moto sem confronto.

“Eu acho que não deveria ter área de exclusão. A gente tenta fazer com que o traficante entenda que se a polícia tiver que entrar, ela vai entrar.”

Mas ainda há mortes, inclusive de inocentes, em operações, e um certo corporativismo da polícia.

Uma apuração aqui é tão rigorosa que se a população tivesse ideia de que não existe esse corporativismo todo que se comenta, com certeza chegaria muito mais denúncia. Por exemplo, filma (o policial) fazendo besteira!

O morador sente que a polícia o vê como um criminoso.

O morador já se sente discriminado. Ele já tem uma atitude diferente. Se não mudar, vai carregar isso para sempre. Não é mais assim, como era no passado, quando quem reclamava, pensava que poderia morrer. Se fizerem a denúncia, vai ser apurado. Não estamos com a política de confronto como meta. Não é a política de segurança hoje.

Como trazer a paz para a Maré?

Hoje, dentro da nossa realidade, seria com uma UPP, mas não é só UPP com polícia militar não, é UPP e o Estado entrando, promovendo geração de emprego etc. O grande objetivo é a população ter o direito de ir e vir.

Uma crítica às UPPs seria por olhar a comunidade com enfoque da segurança pública e não a partir das demandas da comunidade em várias áreas. E que a PM acaba interferindo na vida social do local, por exemplo, proibindo baile funk.

Vai ter funk, mas vai ter horário de início e de término, e o responsável pelo baile vai ter que pedir autorização, seguindo a Resolução nº 013 da Secretaria de Segurança Pública. E quem precisa trabalhar no dia seguinte de manhã cedo? A PM não está ali para impedir, só tem que normatizar. Por exemplo, se alguém passar mal, uma ambulância terá que entrar. E aí vai ter um grupo que ficará insatisfeito.

Distribuição desigual da segurança

Patrícia S. Rivero*

A segurança pública no Brasil é um tema fundamental, a partir do qual se pode estruturar um diagnóstico acerca de alguns aspectos políticos, institucionais e sociais centrais.

Do ponto de vista das garantias civis e sociais é obrigação do Estado a preservação do direito à cidadania dos indivíduos, velando pelo cumprimento dos direitos humanos fundamentais, dentre os quais o direito à vida, à igualdade, à segurança, à liberdade e o acesso à justiça. Apesar disto, chama a atenção o fato de que o Brasil apresente até hoje altas taxas de mortalidade por homicídio, principalmente cometidos com armas de fogo, mesmo se tratando de um país que não está em guerra nem tem passado por insurreições recentes.

Junto aos dados de mortes violentas, fundamentalmente nas grandes metrópoles, estudos constatam a presença de bandos armados que ocupam territórios e o desenvolvimento de uma sociabilidade que submete populações pobres inteiras à violência. A situação agrava-se quando é constatado que parte desses crimes e o controle ilegal das áreas urbanas são cometidos por policiais, que são os agentes de segurança responsáveis por exercer o poder legítimo de uso da violência. Soma-se a este panorama a sensação de insegurança e medo que prevalece entre a população, constatada por diversas pesquisas de vitimização.

A situação agrava-se quando é constatado que parte desses crimes e o controle ilegal das áreas urbanas são cometidos por policiais

Neste contexto, a cidade do Rio de Janeiro aparece como uma das cidades onde a violência armada tem chamado mais a atenção. Para aprofundar o assunto, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão vinculado à Secretaria de Assuntos Estratégicos da

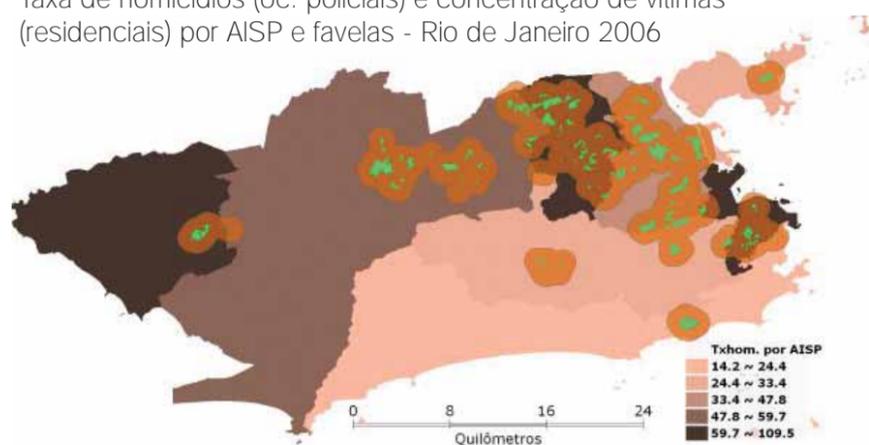
Presidência da República, desenvolveu um estudo, publicado em 2009, com autoria de Rute Imanishi e Patrícia Rivero. No estudo, identificamos, através do mapeamento da cidade, os lugares onde moravam as vítimas de homicídio. Observamos as áreas, os bairros e as favelas que concentravam maior número de mortes letais.

Comprovamos a existência de padrões de distribuição dos assassinatos no território que delatam o aprofundamento da segregação social das populações das favelas mais populosas e dos bairros mais pobres, pois são estes locais os principais afetados pela concentração de vítimas. Confirmamos que também estas áreas concentravam o número mais elevado de civis mortos por polícia, tornando os territórios de pobreza em locais onde a cidadania é escassa e não se cumpre com os direitos humanos fundamentais de respeito à vida e à segurança.

Entre os resultados concretos da pesquisa pudemos saber que:

- Efetivamente, existem áreas de concentração de vítimas de homicídio na cidade.
- 60% das favelas ou de áreas próximas são lugares onde se concentram os homicídios.
- Dentre as vítimas, 58% eram moradores de favelas. Neste caso, há que sublinhar que o número ainda pode ser maior, mas não foi possível identificar o local de moradia das vítimas, por falta de dados e porque na maioria das favelas não existem

Taxa de homicídios (oc. policiais) e concentração de vítimas (residenciais) por AISP e favelas - Rio de Janeiro 2006



endereços que possam ser mapeados. Em alguns casos, os moradores de favela registram o seu endereço no bairro no qual está inserida a favela. Por exemplo: enquanto o conjunto de favelas da Maré registrava entre 2002 e 2006 uma taxa média de homicídios de 45,9 mortos a cada 100 mil habitantes (taxa alta comparativamente com a taxa média do Brasil de 28 em 100 mil, que também é considerada elevada em comparação com outros países), o bairro de Bonsucesso que é limitrofe a este, tinha uma taxa média de 163,5 vítimas para cada 100 mil habitantes.

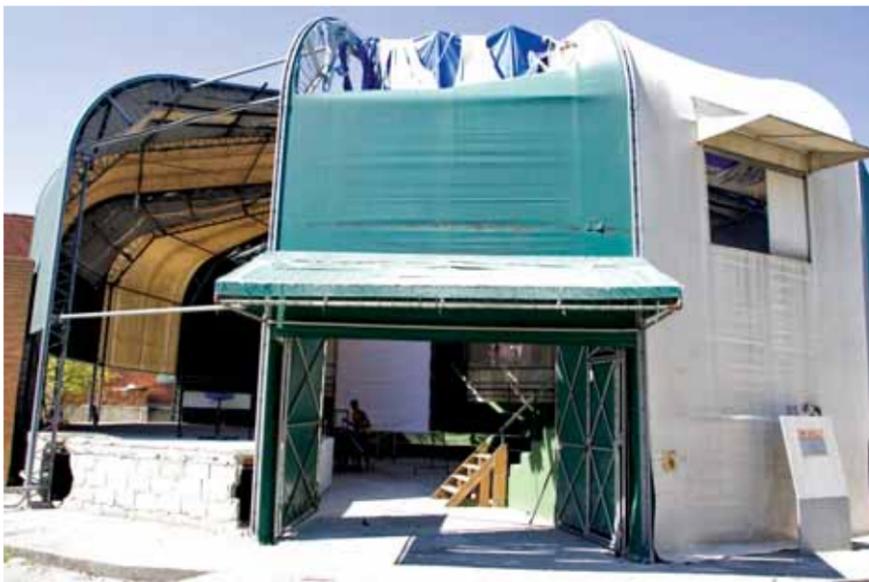
- Comprovamos também que a maioria das vítimas são moradores de favelas antigas, densamente povoadas e de maior tamanho ou extensão.
- Mostramos que os lugares onde moravam a maioria das vítimas eram precários, com serviços urbanos deficientes, baixa renda e nível de escolaridade da população. Porém, quando os lugares precários estavam isolados das áreas mais densamente povoadas, não apresentavam a mesma concentração de assassinatos.
- Uma das comprovações mais importantes na época foi que a ação mais letal de polícia estava concentrada nos bairros mais pobres da cidade ou na área central, enquanto nos bairros mais abastados da cidade a ação de polícia não produzia tantas mortes. A não ser quando se tratava de locais de favela, mesmo que estas estivessem localizadas em bairros de classe média e alta.
- Portanto, o estudo concluiu que para os moradores mais pobres das favelas mais populosas os direitos humanos que garantiriam a vida e a segurança não se cumprem.

Parece-me importante chamar a atenção para estas descobertas no momento em que outro tipo de estratégia está sendo aplicada por parte da Secretaria de Segurança do governo do Estado e também pelo município, aparentemente privilegiando políticas de tipo preventivo e que produzem menos vítimas. Refiro-me especificamente às Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), que tem ocupado territórios de favela em princípio na zona sul e zona oeste da cidade e que agora se estendem a favelas da área central e zona norte, as quais contam com a maior concentração de vítimas. É de se esperar que esta política, ao mesmo tempo em que reduz os níveis de vitimização chame a atenção para a necessidade de integração dessas áreas e populações ao conjunto da cidade, visando o cumprimento das garantias fundamentais dos cidadãos.



* Professora do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NEPP-DH/CFCH/UFRJ); foi Pesquisadora associada à pesquisa Indicadores de proteção e risco para a instrumentação de políticas públicas em favelas, IPEA/FAPERJ (2008-2009).

Elisângela Leite



O estado da Lona no início do ano, toda rasgada

Elisângela Leite



Acima, o espaço em fase final de obras, já de lona nova

Lona Cultural volta a operar

Os Paralamas do Sucesso confirmaram presença na reinauguração da Lona Cultural Municipal Herbert Vianna, que deverá ocorrer até o fim de junho. Herbert Vianna e seu grupo já haviam inaugurado o espaço em 2005. A Redes de Desenvolvimento da Maré, desde 30 de novembro de 2009, é cogestora do local, juntamente com a Secretaria Municipal de Cultura. O equipamento está em fase final de restauração por parte da Prefeitura.

No primeiro mês de funcionamento, a Redes pretende fazer uma sensibilização dos moradores interessados nas oficinas, para que cada um possa identificar melhor as atividades de seu interesse, entre elas, artes circenses, teatro, confecção de instrumentos musicais com materiais reciclados, entre outras. Os shows e demais apresentações culturais também voltarão a ocorrer com artistas locais e convidados. Por isso, artistas e técnicos da Maré estão sendo cadastrados para que possam atuar no local. A Biblioteca Popular Municipal Jorge Amado também está sendo recuperada. Além do acervo, haverá dois computadores com acesso gratuito à internet.

“A Lona é um equipamento público. Por isso, estamos propondo uma gestão coletiva com associações de moradores, instituições atuantes no bairro e grupos de moradores, como foi o caso da reunião com os pais de alunos dos cursos e oficinas da Redes, em maio. Já realizamos várias reuniões conjuntas para pensar o espaço e a receptividade tem sido muito boa”, conta o coordenador geral da Lona, Alberto Aleixo.

SERVIÇO

Lona Cultural Municipal Herbert Vianna
Rua Ivanildo Alves s/n – Nova Maré
Tel.: (21) 3104 3276 Alberto ou Layz
E-mail: lonadamare@gmail.com e alberto@redesdamare.org.br

Grupo Lá Samba

O Grupo Lá Samba, composto por músicos do bairro, tem tocado às sextas-feiras na BT, na Nova Holanda, e aos sábados, na Casa de Shows Vaca Brava, na Tijuca. Na BT, a festa começa às 22h. Visite a página do Grupo Lá samba no orkut, a cargo do Leonardo Acioly, e fique sabendo das novidades. Os músicos têm feito várias apresentações em diferentes espaços da cidade.

Canal Futura - aberto e gratuito

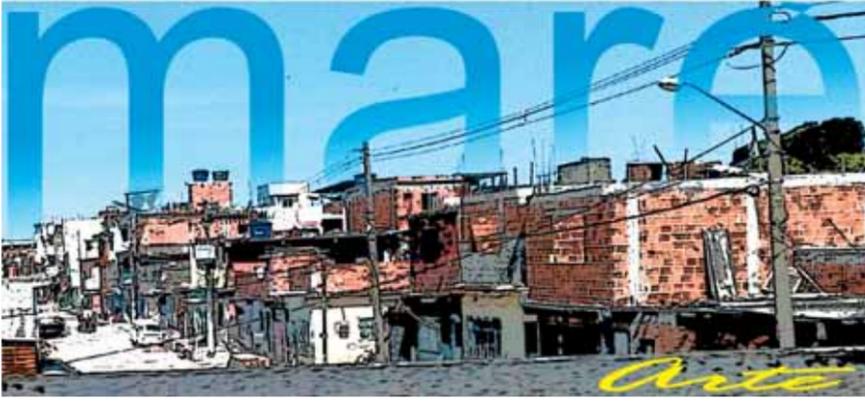
Telecursos	Das 6h às 7h. Grande acervo de telecursos com variados temas.
Infantil	Das 8h às 13h30 e das 17h30 às 19h30. Uma programação infantil com desenhos e programas que ensinam divertindo.
Alternativa	Das 13h30 às 14h30. É a oportunidade de ver ou rever os programas exibidos na noite anterior.
Conexão Futura	Das 14h30 às 17h30. Educação, saúde e qualidade de vida, empreendedorismo, trabalho e geração de renda, com participações ao vivo.
Verde	Das 20h às 21h. Programas sobre meio ambiente e sustentabilidade.
Variedades	Das 21h às 24h. Programas jornalísticos, de cultura e curiosidades, consagrados pelo Futura, dividem a tela com novas atrações.
Cine Conhecimento	A partir da 00h30. Filmes que marcaram época e novas produções para você se divertir.

Assista e use:
Canal 18 UHF - NET canal 32 - SKY canal 8
Parabólica Polarização Vertical 20

www.futura.org.br



o canal que liga você



Maré estilizada

O desenho ao lado é de Waldeck Calixto da Silva, de 47 anos, que trabalha na Nova Holanda e atualmente mora em Copacabana (antes, porém, ele morou no Timbau, durante 30 anos). Ele normalmente aplica seus trabalhos em roupas. Contatos pelos telefones: 8256-9165 e 7883-2317; ou pelo e-mail: desenho16@gmail.com

Lamento a dois

Juarez Cântaro, da Baixa do Sapateiro

Mar, doce amigo / varre para as distâncias
 Todas mágoas e ânsias / que me dão castigo.
 A ti é leve / o fado que me é pesado
 Com tua ajuda em breve / serei menos magoado
 Mas este gênio da natureza / que tão bem zela o asseio /
 Não varreu para seu seio / minha muda tristeza.
 No entanto me respondeu: / com voz terna e grave /
 Ponho-te no prato o que é meu / te dou brisa suave.
 Cuido que não te prives / sou quem toma providência
 De dar elementos a ciência / e riqueza aos ourives. /
 Sou tua recreação predileta, / a pincelada do pintor /
 A rima salgada do poeta / a melodia do compositor. /
 Sou ainda o chão / de onde se tira o pão /
 Por onde até se passeia / mas o homem o quê faz? /
 Mata a última baleia / e outras espécies mais. /
 E se distrai com a assassina / caçada submarina.
 Calou-se o mar / e eu também calei envergonhado /
 Afinal não extrai a dor de alguém /
 Quem vive assim magoado.

Mundo Real

Pedro Paulo da Silva Pereira, da Nova Holanda

Onde esse mundo vai parar?
 Quando as pessoas vão se amar?
 A falta de amor se tornou algo normal
 E a violência cada vez mais fatal

Estão destruindo o futuro do mundo
 Atirando crianças em abismos profundos
 A inocência de crianças está sumindo
 Pois, a pedofilia parece não estar diminuindo

Hoje, pais matam os próprios filhos
 derraminho sangue como se fosse vinho
 Pois o amor na família é essencial
 Para que a paz faça parte de um mundo real

Participe desta página!

Envie suas fotos, desenhos, grafite, poesia, crônica etc. para a Redação do Maré de Notícias: Rua Sargento Silva Nunes, 1012 - Nova Holanda ou comunicação@redesdamare.org.br



Exploração de crianças e adolescentes: como lidar com esta realidade?

O Estatuto da Criança e do Adolescente completa vinte anos de existência no mês de julho e, mesmo assim, muitos dos direitos dos menores brasileiros continuam a ser frequentemente violados em crimes de exploração, seja física ou sexual. Você sabia, por exemplo, que, afora os contratados em situação de aprendiz, a legislação nacional proíbe qualquer forma de trabalho para pessoas com menos de 16 anos? E sabia também que o abuso sexual contra menores é um crime muito comum no Rio de Janeiro, e que o Disque 100 – telefone para denúncias anônimas à polícia – recebe mais de cem ligações por dia com relatos de casos desse tipo?

No caso do trabalho infantil, pesquisa realizada em 2009 pelo IBGE mostrou que quase 10% das crianças e adolescentes com idade entre 10 e 15 anos trabalham no país. Já com relação aos crimes por razões sexuais, os dados indicam que a grande maioria acontece dentro da família ou são cometidos por vizinhos, amigos e conhecidos, para fins comerciais ou por pedofilia. Há também os crimes de exploração sexual cometidos via internet.

O fato é que a única forma de combater o problema é mobilizando a população para que fique de olho aberto para situações de exploração do trabalho infantil e de exploração sexual de crianças e adolescentes. Isso é crime! E os casos precisam ser denunciados!

SABE POR QUÊ?

- Toda criança tem o direito de estudar e brincar assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990);
- O esforço físico de uma criança pode prejudicar o seu crescimento e produzir deformidades;
- O trabalho precoce provoca problemas de saúde, como fadiga excessiva, distúrbios do sono, irritabilidade, alergia e problemas respiratórios;
- O trabalho infantil provoca o fracasso ou o abandono escolar;
- Crianças submetidas a abuso sexual podem ter danos irreparáveis para o desenvolvimento físico, psíquico, social e moral. As vítimas também estão sujeitas à dependência de drogas, gravidez precoce e indesejada, distúrbios comportamentais e doenças sexualmente transmissíveis.

ONDE PROCURAR AJUDA?

Se você é vítima ou conhece algum caso, faça a sua parte e ajude a combater esta prática através dos seguintes serviços:

Conselhos Tutelares

No Rio de Janeiro existem vários Conselhos Tutelares e Delegacias Especializadas em Crimes contra Crianças e Adolescentes. Para saber qual o telefone do espaço mais próximo da sua casa, **ligue gratuitamente para 0800 99 0500.**

Disque 100

Disque-denúncia para o combate contra a violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes. O serviço funciona em todo o Brasil das 8h às 22h, inclusive nos finais de semana e feriados. Para entrar em contato, é só **digitar 100 no seu telefone.** A chamada é gratuita.

Safernet

A SaferNet Brasil é uma das principais entidades brasileiras de enfrentamento aos crimes e violações aos Direitos Humanos praticados na internet, incluindo os abusos contra crianças e adolescentes. Além disso, tem se fortalecido pela capacidade de mobilização e articulação e pela produção de conteúdos e tecnologias de combate aos crimes cibernéticos. Para denunciar é só acessar <http://www.safernet.org.br/site/denunciar>.

CEDECAs:

Os Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECAs) têm a missão de proteger, jurídico e socialmente, os direitos humanos de crianças e adolescentes. No Rio de Janeiro, procure o endereço do Centro mais próximo da sua casa em www.anced.org.br.

Para saber mais:

Childhood Brasil (www.wcf.org.br)
 Fundação Abrinq (www.fundabrinq.org.br)
 IBGE (www.ibge.gov.br)

No site da série *Que Exploração É Essa?*, você assiste os programas e tem acesso a materiais complementares que podem ser usados na sua casa, na escola e na instituição da qual você faz parte! Acesse:

www.queexploracaoeessa.org.br



o canal que liga você